

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



Entre o Público e o Privado: A Dominação de Gênero e o Papel da Mulher na Sociedade

Eventon Sant'ana dos Santos *¹, Maria de Fátima de Andrade Ferreira ¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

* 2022m0012@uesb.edu.br

Trabalhos completos – GT 02 – Etnia, Gênero e Diversidade sexual

RESUMO

Este texto tem como objetivo trazer uma abordagem da divisão histórica de papéis entre homens e mulheres na sociedade, destacando como a naturalização dessa divisão evoluiu para uma imposição social ao longo do tempo. As mulheres foram predominantemente associadas à esfera privada e doméstica, enquanto os homens assumiram papéis públicos e políticos. Essa divisão de funções tem sido sustentada por estruturas culturais patriarcais que, até hoje, reforçam a dominação masculina e a submissão feminina. Pierre Bourdieu (1998) explica que essa dominação se dá de maneira sutil por meio da violência simbólica, perpetuada pelas normas sociais. Michel Foucault (1979) complementa ao afirmar que o poder circula em uma rede social, onde os indivíduos podem tanto exercer quanto sofrer sua ação, o que ajuda a manter as desigualdades de gênero. Hannah Arendt (1994) diferencia poder de violência, destacando que o poder é uma habilidade coletiva, enquanto a violência é um instrumento usado para impor controle. O texto, portanto, faz uma análise crítica das relações de gênero, ressaltando a importância de compreender essas dinâmicas históricas e culturais para promover uma reflexão mais profunda sobre o papel das mulheres na sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Mulheres; Público; Privado.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a dominação de gênero e o papel da mulher nos âmbitos público e privado, considerando as estruturas patriarcais que sustentam essas dinâmicas de poder. Ao longo da história, as mulheres foram relegadas a espaços domésticos, enquanto os homens ocuparam posições de influência na esfera pública. Essa divisão desigual dos papéis sociais reflete a imposição de normas e expectativas que limitam o acesso das mulheres a recursos materiais e simbólicos, perpetuando uma hierarquia de poder que se estende até os dias atuais. O feminismo, ao questionar essas

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



estruturas, trouxe à tona a importância de se repensar o papel da mulher, não apenas no contexto familiar, mas também em sua participação ativa nas decisões políticas e sociais.

O patriarcado¹, como sistema de poder, se consolidou historicamente através da naturalização da divisão entre o público e o privado. As mulheres, associadas ao cuidado da família e à manutenção do lar, foram excluídas da vida pública, que passou a ser dominada pelos homens. Essa separação não é meramente uma questão de divisão de funções, mas uma estratégia de controle que subordina as mulheres ao poder masculino. Ao limitar o acesso das mulheres a espaços de influência, o patriarcado reforça a ideia de que o lugar feminino é no lar, enquanto o homem é o provedor e o protagonista da vida pública.

No entanto, ao longo das últimas décadas, movimentos feministas e intelectuais críticos têm questionado essa dicotomia entre público e privado, apontando a necessidade de uma revisão nas estruturas que mantêm as mulheres em posições subalternas. Autoras como Simone de Beauvoir (1949) e Judith Butler (1990) argumentam que os papéis de gênero são construções sociais, e não verdades naturais ou imutáveis. Assim, as expectativas impostas às mulheres ao longo do tempo não são inerentes, mas derivadas de um sistema que visa controlar e limitar sua autonomia. Dessa forma, a crítica feminista busca não apenas destacar as desigualdades, mas também promover a conscientização sobre como essas relações de poder podem ser desfeitas.

A educação desempenha um papel fundamental na perpetuação ou desconstrução dessas desigualdades de gênero. Currículos escolares que ignoram questões de gênero e raça tendem a reproduzir as hierarquias sociais, reforçando o patriarcado e suas práticas discriminatórias. Por isso, é essencial adotar abordagens pedagógicas que incluam uma perspectiva crítica sobre as relações de poder, permitindo que meninas e mulheres se reconheçam como sujeitos

¹ Segundo HOOKS (1981, p. 64) o patriarcado é "o poder que os homens usam para dominar as mulheres, este não sendo apenas um privilégio das classes altas e médias dos homens brancos, mas um privilégio de todos os homens".

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



autônomos e capazes de ocupar espaços de influência. Apenas com a inclusão de temas como gênero e raça nos debates educacionais será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres possam exercer plenamente seus direitos no espaço público e privado.

Dominação de gênero e o papel da mulher: o público e o privado

Na formação das primeiras organizações sociais, a distribuição das funções laborais entre homens e mulheres era inicialmente percebida como algo natural. Contudo, à medida que surgiam as primeiras divisões das funções sociais, essa naturalização começou a ser reconhecida como uma imposição.

Nesse contexto, as mulheres passaram a desempenhar papéis na esfera da vida considerada privada e doméstica, enquanto os homens adquiriram o privilégio de participar ativamente na vida pública. Essa estruturação teórica tinha como base a ideia de que a satisfação das necessidades básicas de existência era uma condição indispensável para a ocupação e o envolvimento ativo no espaço público. Na esfera familiar, que era responsável pela produção dos recursos essenciais à vida, não se permitia qualquer intervenção externa, com todos os habitantes sujeitos às regras do proprietário. No contexto específico, o domínio privado assumia a função de diferenciação, permitindo que aqueles cidadãos em condições de ocupar o espaço público pudessem expressar uma diversidade de opiniões e posicionamentos em relação aos demais.

Para compreender os papéis estabelecidos na sociedade e as relações de poder entre os gêneros, torna-se necessário entender o que é gênero. Para isso, Bierings e Silva (2022, p.10) definem gênero, explicando que,

São os atributos socialmente construídos e atribuídos aos gêneros, seja feminino ou masculino. É aquilo que, historicamente, foi identificado pela sociedade como sendo o papel do feminino e do masculino. O gênero é uma criação social e qualquer pessoa, seja ela do sexo biológico feminino ou masculino, se identifica com um gênero. Existem pessoas que não se identificam com nenhum dos dois gêneros: são as não binárias.

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



Para Carvalho (2008), o termo gênero não se limita ao feminino; ele inclui tanto homens quanto mulheres e envolve símbolos construídos no senso comum, associados à feminilidade e à masculinidade. Esses símbolos, que nem sempre estão relacionados ao corpo ou à reprodução, aparecem em contextos variados e podem ser observados em elementos como cores (associando rosa ao feminino e azul ao masculino), corpos celestes (o sol como símbolo de força e luz), espaços sociais (como público e privado), características humanas (racionalidade versus intuição) e ocupações laborais (como motorista de caminhão para homens e empregada doméstica para mulheres). Essa construção histórica e cultural de papéis, segundo Carvalho, associa o masculino à força, à provisão econômica, ao trabalho árduo, à virilidade e à autoridade familiar, enquanto atribui ao feminino características como docilidade, compreensão e submissão, com ênfase no cuidado da família e no espaço doméstico.

Essas normas de gênero, moldadas em uma estrutura patriarcal, persistem até hoje e, nas sociedades contemporâneas, geram dinâmicas de poder e violências direcionadas às mulheres. Assim, compreender gênero como construção social, e não como algo intrínseco ou biológico, permite subverter essas interpretações convencionais de masculinidade e feminilidade. Ao enxergar gênero como um conjunto de papéis e símbolos mutáveis, podemos questionar e redefinir essas associações, promovendo uma compreensão mais equitativa e flexível dos papéis de gênero.

Para Hannah Arendt (1994), a violência atinge seu ápice na experiência humana quando ocorre uma ausência de pensamento crítico. Arendt diferencia poder e violência, explicando que a violência é empregada como um instrumento do poder, não sendo uma manifestação direta dele. Essa distinção permite compreender o papel da mulher em relação ao homem nas esferas pública e privada, conforme o pensamento de Arendt (2007), que caracteriza a esfera pública como o espaço “comum”, onde há visibilidade e reconhecimento mútuo, e a esfera privada como “a propriedade”, reservada para questões mais íntimas.

Na visão de Arendt (2007, p. 59), a esfera pública representa “tudo que vem

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



a público e pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.” Por outro lado, a esfera privada é descrita pela filósofa como o espaço onde, “para um indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana” (2007, p. 68). Dessa forma, a esfera pública é historicamente associada aos homens, que assumem papéis visíveis e de poder, enquanto as mulheres são frequentemente relegadas ao espaço privado, limitando sua participação no coletivo e restringindo-as ao âmbito doméstico e familiar.

A esfera privada, segundo Arendt, refere-se ao espaço íntimo e doméstico, onde as questões pessoais e familiares são predominantes. É um ambiente de relações mais restritas, no qual o indivíduo cuida de necessidades básicas e encontra-se afastado do debate público e político. Nessa esfera, os indivíduos têm uma visibilidade limitada e poucas oportunidades para expressar ou construir sua identidade social. A privação de acesso ao espaço público reduz as possibilidades de ação e reconhecimento, limitando a participação ativa no coletivo e restringindo, historicamente, a atuação das mulheres à vida doméstica e familiar.

Lima (2013) lembra que a dominação dos homens, independentemente da cor e raça, é realizada sobre as mulheres de forma contínua para que essas tenham ciência e anuência da divisão do trabalho que executam, de sua função na sociedade, havendo percepção de como deve ser o seu comportamento, o que acabam aceitando, de forma inconsciente. Sendo que, essas atitudes são fomentadas de forma habitual pela família, no casamento e por toda a sociedade. O autor (2013) fala da importância da consciência das mulheres em relação à sua posição na sociedade e essa consciência é moldada por percepções sobre seu comportamento e são, muitas vezes, internalizadas de forma inconsciente.

Segundo Bierings e Silva (2022, p. 10), a subordinação do feminino ao masculino, enraizada em gerações e consolidada nas estruturas sociais, fundamenta diversos tipos de violência contra as mulheres. Essa violência não se limita ao âmbito doméstico e familiar, mas também se manifesta em espaços públicos. Pelo simples fato de serem mulheres, elas encontram-se em situação de

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



vulnerabilidade, sendo alvo de crimes específicos, como importunação sexual, estupro e estupro de vulnerável.

Além disso, a violência simbólica manifesta-se no processo de dominação. Pierre Bourdieu (1998) define a violência simbólica como uma forma de coerção que se baseia no reconhecimento de uma imposição específica, seja ela de natureza econômica, social ou simbólica, que ocorre por meio da contínua criação de crenças durante o processo de socialização, que influencia o indivíduo a se posicionar dentro do espaço social e, assim, aceita os padrões e costumes estabelecidos pelo discurso dominante. A partir dessa concepção, Bourdieu (1997, p. 207) mostra que

A dominação masculina, formada por excelência da violência simbólica e da submissão feminina, da qual se pode dizer, sem contradição, que ela é, ao mesmo tempo, espontânea e extorquida, contanto que se leve em conta os efeitos duráveis exercidos pela ordem social sobre as mulheres, sob a forma de disposições espontaneamente concedidas a essa ordem que elas lhes impõem.

A dominação masculina é definida por Bourdieu (1997) como uma construção que se manifesta principalmente por meio da violência simbólica e da submissão das mulheres. Por isso, o autor mostra a importância de examinar criticamente as normas culturais que sustentam a dominação masculina e a submissão feminina e, nesse processo, há a necessidade de reconhecer a natureza complexa e muitas vezes sutil das relações de poder e, assim, incentivar uma análise mais profunda das estruturas sociais para promover uma conscientização sobre como essas dinâmicas que afetam as mulheres em vários aspectos de suas vidas. A submissão do gênero feminino ao masculino é estabelecida dentro de uma relação de poder. Para Arendt, (1994, p. 36),

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome.

Na visão arendtiana (1994), o poder não é uma propriedade intrínseca de um indivíduo, mas sim, uma habilidade humana de agir em conjunto e a ideia central é que o poder está enraizado na capacidade de um grupo de pessoas

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



agirem de maneira coordenada. Enquanto que, na concepção de Foucault (1979, p. 184),

O poder [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Em suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou com sentido do poder, são sempre centros de transmissão.

No entendimento de Foucault, portanto, o poder não é algo que pode ser dividido entre possuidores e submissos, mas sim, algo que circula e funciona em cadeia. A metáfora de que o poder funciona em rede, onde os indivíduos não apenas circulam, mas também têm a capacidade de exercê-lo e de sofrer sua ação, ressalta a natureza interconectada das dinâmicas de poder. Afinal, na relação de poder o homem caracteriza a mulher como ser frágil, dócil, fraca, um objeto ou propriedade dele, permitindo-se no direito de realizar agressões e constrangimentos, não se sentindo culpado. Sobre essa questão do poder, Silva (1992, p. 64) explica que,

A construção social de inferioridade feminina faz com que o homem, por um lado, desfrute de uma posição de poder em relação à mulher no mundo do trabalho e na esfera das relações sociais, onde a ele é atribuído o papel de dominador, poderoso, sujeito desejante, caçador.

Portanto é fundamental reconhecer que a dominação de gênero e o papel da mulher nas esferas pública e privada são moldados por um complexo sistema de poder e controle. Silva (1992) destaca que a construção social da inferioridade feminina permite que o homem mantenha uma posição dominante, tanto no mercado de trabalho quanto nas relações sociais. Essa construção social perpetua a ideia de que as mulheres são seres frágeis e dóceis, tratadas como objetos ou propriedades, o que justifica comportamentos agressivos e constrangedores sem sentimento de culpa. A análise crítica dessas relações de poder revela a necessidade urgente de desconstruir as normas patriarcais e promover uma abordagem mais inclusiva e equitativa, que leve em consideração não apenas as questões de classe social, mas também as dimensões de gênero e raça/etnia, para

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



uma verdadeira transformação social.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A análise da relação entre a dominação de gênero e o papel das mulheres nas esferas pública e privada revela que essa dinâmica é profundamente enraizada em divisões históricas de funções sociais atribuídas aos sexos. Inicialmente, as tarefas laborais eram vistas como uma divisão natural entre homens e mulheres; no entanto, à medida que as sociedades evoluíram, essa concepção começou a ser questionada. As mulheres foram gradualmente confinadas a papéis associados ao espaço privado e doméstico, enquanto os homens obtiveram acesso e privilégios na esfera pública. Essa divisão reforçou a ideia de que atender às necessidades básicas era um requisito para a participação ativa no espaço público, tornando o domínio privado um ambiente de restrição, onde a diversidade de opiniões e influências se limitava a um pequeno grupo.

A construção social do gênero revela-se fundamental para compreender as divisões que permeiam as relações contemporâneas. Desde a infância, os papéis de gênero são moldados por símbolos e expectativas sociais, que estabelecem associações entre masculinidade e características como força e autoridade, enquanto feminilidade é vinculada à docilidade e submissão. Essa dinâmica, enraizada em uma estrutura patriarcal, tem limitado historicamente o papel das mulheres, perpetuando a dominação masculina. Essa configuração não apenas restringe as oportunidades e direitos das mulheres, mas também alimenta a noção de que sua suposta fraqueza justifica comportamentos agressivos e discriminatórios por parte dos homens. Portanto, é crucial dismantelar essas construções sociais para promover uma sociedade mais equitativa e justa, onde todas as identidades de gênero possam ser plenamente reconhecidas e respeitadas.

Dessa forma, a reflexão sobre a dominação de gênero e o papel das mulheres revela a urgência de adotar uma abordagem mais inclusiva e crítica. Para efetivar uma transformação social genuína, é essencial desconstruir as normas

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



que perpetuam a desigualdade e realizar uma análise que considere as interseções entre gênero, classe social e raça/etnia. Esse entendimento abrangente não apenas desafia a estrutura patriarcal existente, mas também abre espaço para a valorização das diversas experiências e vozes dentro da sociedade.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. Sobre a Violência. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Tradução Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer – 10 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BIERINGS, Adriana Romana Dolis e SILVA, Karina Duarte Rocha da. Segurança de grupos vulneráveis: princípios de atendimento às mulheres em situação de violência. Secretária de gestão e ensino em segurança pública. Ministério da justiça e segurança pública, 2022.

BOURDIEU, Pierre. Meditations pascaliennes. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA: Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. São Paulo: Vozes, 1998.

CARVALHO, Maria Pinto. Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOOKS, B. *Ain't I a woman?: Black women and feminism*. Estados Unidos: South End Press, 1981.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência doméstica. 2013.

SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.